

Governo terá superávit e reduzirá dívida, mas não em 24 horas, diz Alckmin

O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), disse nesta quinta-feira (17) que o futuro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai trabalhar em um plano para cortar despesas e buscar a retomada do superávit primário para reduzir o endividamento público, mas que isso não se faz em 24 horas. “Haverá superávit primário, haverá redução da dívida, mas isso não se faz em 24 horas. Isso se faz com o tempo”, afirmou a jornalistas durante uma pausa nos trabalhos da transição de governo, no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil).

As declarações são uma tentativa de diminuir o nervosismo no mercado financeiro após o governo eleito

entregar ao Congresso a PEC da Transição, que retira quase R\$ 200 bilhões do teto de gastos para abrir espaço a despesas como o Bolsa Família de R\$ 600 e investimentos públicos. O receio de investidores é que a ampliação das despesas gere um descontrole da dívida pública.

“Eu não vejo a razão para esse estresse. O foco tem que ser no crescimento da economia, e para isso o Estado brasileiro precisa funcionar”, afirmou.

Alckmin ressaltou que, ao assumir a Presidência em 2003, Lula recebeu um país que registrava superávits primários consecutivos, realidade distinta da observada atualmente. O Brasil acumula rombos nas contas desde 2014 e, embora haja a previsão de resultado positivo em

2022, a perspectiva é de volta do quadro de déficit a partir do ano que vem.

“Quando o presidente Lula assumiu, em 2003, vinha de um governo com superávit todo ano. Ele deu sequência. Agora, vem de déficit. Você não faz mágica”, afirmou.

Alckmin disse que a “prioridade absoluta” do novo governo é garantir a continuidade dos pagamentos do Bolsa Família, mas prometeu a apresentação de uma espécie de “plano de voo” com as futuras ações do novo governo.

“Primeiro ponto, o governo vai atuar do lado da despesa, cortando gastos que possam ser cortados”, disse. Ele deu como exemplo a possibilidade de fazer um pente-fino em contratos do governo federal.

Idiana Tomazeli/Folhapress



Economia

Economia reduz estimativa oficial de inflação de 6,3% para 5,85%

Página - 03



Pirataria triplicou prejuízos à economia brasileira em 7 anos, mostra pesquisa

Página - 03

Política

Lula larga na contramão do que levou ao sucesso de seus dois governos

Página - 04

Apoiador no 2º turno, Zema diz que Bolsonaro ‘perdeu para si mesmo’

Página - 04



Turbi, a startup de locação que não quer ser a Localiza

Pág - 05

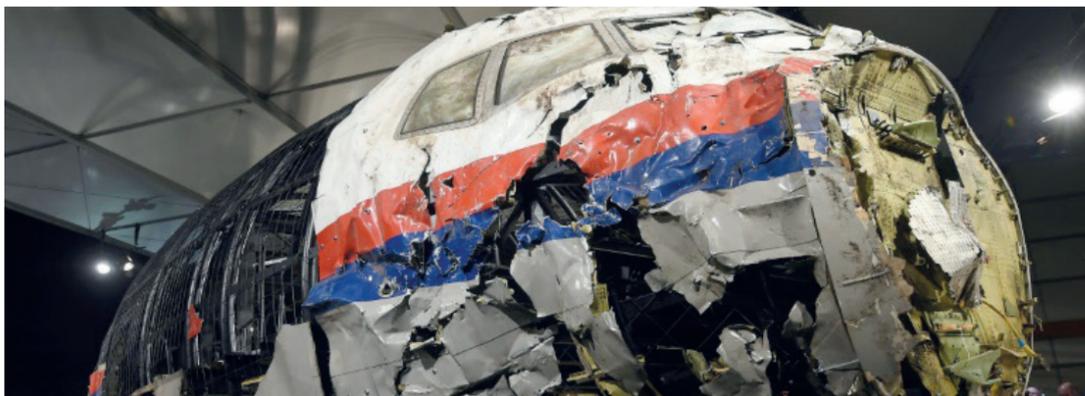
Inteligência artificial para diagnóstico precoce de doenças atrai GK Ventures

Página - 05



No Mundo

Míssil de fabricação russa derrubou voo MH17 na Ucrânia em 2014, diz tribunal holandês



Um tribunal holandês disse nesta quinta-feira (17) que o voo MH17 da Malaysia Airlines foi abatido em 2014 por um míssil de fabricação russa, disparado de um campo no leste da Ucrânia, e que a Rússia tinha o controle total das forças separatistas no momento em que o avião foi abatido.

O tribunal divulgou sua decisão relativa a um caso de quatro homens com ligações com a Rússia acusados de assassinato em massa por seus supostos papéis na queda do voo. Os suspeitos são os russos Igor Girkin, Sergey Dubinskiy e Oleg Pulatov e o ucraniano Leonid Kharchenko.

O voo de passageiros MH17 foi abatido sobre o leste da Ucrânia em 17 de julho de 2014, matando todos os 298 passageiros e tripulantes.

Na época, a área era palco de combates entre separatistas pró-Rússia e forças ucranianas, precursoras do conflito deste ano.

Moscou nega qualquer envolvimento ou responsabilidade pela queda do MH17, e em 2014 também negou qualquer presença na Ucrânia. Após a decisão do tribunal, nesta quinta, o Ministério das Relações Exteriores da Rússia disse que iria examinar o veredito.

“Vamos estudar essa decisão, porque nesses assuntos, todas as nuances im-

portam. Depois de estudar o documento legal, provavelmente poderemos fazer um comentário”, disse Ivan Netchaev, do Ministério das Relações Exteriores russo.

Os representantes das vítimas dizem que a decisão será um marco importante, embora os suspeitos, todos condenados à prisão perpétua, continuem foragidos. Acredita-se que todos estejam na Rússia, que não os extraditará.

Os promotores dizem que os suspeitos, três ex-oficiais de inteligência russos e um líder militar separatista ucraniano, ajudaram a organizar e transportar um sistema de mísseis BUK do exército russo para a Ucrânia que foi usado para derrubar o avião. CNN

Irã registra noite violenta com ao menos 15 mortes em protestos por Mahsa Amini

Imerso em uma onda de protestos, o Irã registrou na quarta (16) um dos momentos mais violentos de enfrentamento entre agentes de segurança e civis. Balanço do jornal The Guardian aponta que ao menos 15 pessoas morreram em diferentes partes do país.

Em Izeh, ao sul, ao menos sete pessoas morreram, entre elas um menino de 9 anos, após um confronto em um mercado da cidade. O regime afirma que dois homens, que descreve como terroristas, atiraram contra forças de segurança, que então revidaram.

Manifestantes, porém, atribuem as mortes à milícia Basij, ala paramilitar da Guarda Revolucionária do Irã, controlada pelo líder supremo do país, o aiatolá Ali Khamenei. A milícia tem atuado na repressão à dissidência no país do Oriente Médio. Segundo agências de notícias ligadas ao Estado, outras cinco pessoas foram

mortas na área de Isfahan, em um episódio separado, e há mais relatos de mortes na região do Curdistão, no noroeste, que elevaram o número de vítimas para ao menos 15.

As manifestações e a repressão do regime foram intensificados desde terça (15), quando organizadores dos protestos conclamaram três dias de ação para celebrar o aniversário dos atos de novembro de 2019, a última grande onda de pressão contra o regime teocrático iraniano, motivada pelo aumento do preço dos combustíveis.

Relatos e vídeos publicados em redes sociais ao longo da quarta-feira mostram cenas de repressão policial em estações de metrô de Teerã. Em um deles, policiais são vistos atirando e batendo em mulheres dentro dos trens, mas as imagens não puderam ser confirmadas de maneira independente.

Folhapress

Mundo com 8 bilhões une lusófonos pelo idioma e os separa pelas prioridades



Um mundo com 8 bilhões de pessoas coloca desafios consideráveis sobre a mesa da comunidade lusófona, formada por Brasil e outros oito países. Alguns, claro, são de âmbito doméstico, enquanto outros envolvem o conjunto dessas nações.

Um dos principais reside no alinhamento de expectativas dos objetivos centrais de uma comunidade que tem a língua como traço identitário. Enquanto para alguns dos países a difusão do idioma ainda é prioridade, para outros é a parceria econômica o que mais interessa.

Dentro do todo, o tamanho da lusofonia até parece

tímido: a população dos nove países que têm o português como uma de suas línguas oficiais soma 301,6 milhões -3,7% do total do planeta. É como se, a cada mil pessoas no planeta, 38 vivessem nas nações lusófonas.

Em 50 anos, esse número saltará para 426 milhões (4,1% do todo), caso se confirmem as projeções da ONU. E, no final deste século, a lusofonia terá 442 milhões de pessoas. Com seus atuais 215,8 milhões, o Brasil segue como o mais populoso do grupo, mas o crescimento ao longo das próximas décadas é puxado por dois africanos: Angola e Moçambique.

Nem todas essas pessoas falam português, no entanto. Em Angola, apenas 71% são fluentes na língua, por exemplo. No Timor Leste, mais de 20% falam português, mas são poucos os que o têm como língua materna. Na Guiné Equatorial, o idioma é dominado por 1% dos habitantes.

As cifras colocam o português muito atrás das línguas mais faladas no planeta. Cerca de 1,5 bilhão de pessoas são nativas em inglês ou o têm como segunda língua. Os que têm como idioma principal o mandarim são 1,1 bilhão. Na sequência estão o hindi e o espanhol, com 600 milhões cada um.

Mayara Paixão/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Economia reduz estimativa oficial de inflação de 6,3% para 5,85%



A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia manteve a projeção para o crescimento da economia este ano e reduziu a estimativa oficial para a inflação. As projeções estão no Boletim Macrofiscal divulgado ontem (17).

A projeção de inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) recuou de 6,3% para 5,85%. Mas ainda está acima da meta de inflação para o ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 3,5%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2% e o superior é 5%.

No ano, o IPCA já acumulou alta de 4,7% e, em 12 meses, o índice total está em 6,47%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado para estabelecer o valor do salário mínimo, deverá encerrar este ano com variação de 6%, segundo a previsão da SPE, queda de 0,54 ponto percentual em relação ao boletim anterior. A projeção para o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), que inclui também o setor atacadista e o custo da construção civil, além do consumidor final, é de 6,11%, abaixo da estimativa anterior de 9,44% e inferior à taxa registrada em 2021, de 17,74%.

A estimativa para o au-

mento do Produto Interno Bruto ficou em 2,7%, mesmo número divulgado no boletim anterior, em setembro. Segundo a SPE, o desempenho do emprego, do setor de serviços e da taxa de investimento justificaram a manutenção.

“Conforme salientado nos boletins anteriores, já era esperada desaceleração da atividade econômica no segundo semestre deste ano, resultado dos efeitos defasados do ciclo de ajuste da política monetária [aumento de juros pelo Banco Central]. No entanto, projeta-se que os impactos advindos da elevação da taxa de juros se reduzam ao longo do próximo ano”, informou a SPE.

Wellton Máximo/ABR

IBGE: desemprego cai em seis estados no terceiro trimestre



A queda na taxa de desemprego verificada no terceiro trimestre deste ano, que passou de 9,3% para 8,7% na comparação com o trimestre anterior, refletiu aumento na ocupação em apenas seis estados: Paraná (-0,8 ponto percentual), Minas Gerais (-0,9), Maranhão (-1,1), Acre (-1,8), Ceará (-1,8) e Rondônia (-1,9). As demais 21 unidades da Federação ficaram estáveis.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua Trimestral foram divulgados ontem (17) pelo IBGE, com recorte estadual.

Segundo a coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, Adriana Beringuy,

Pirataria triplicou prejuízos à economia brasileira em 7 anos, mostra pesquisa

A falsificação de mercadorias é um fenômeno que acontece mundialmente. Dos itens comercializados globalmente em 2019, 2,5% estavam ligados a produtos piratas, segundo dados mais recentes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Já no Brasil, conforme dados do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), em 2014, a soma dos prejuízos de 15 setores produtivos brasileiros mais os impostos que deixaram de ser arrecadados pelo governo atingiram R\$ 100 bilhões em perdas. Em 2021, este número triplicou e subiu para R\$ 300 bilhões.

No mundo, ainda conforme OCDE, a categoria de calçados representa 25%

do total das vendas ilegais, seguida pelo vestuário, com pouco menos de 20%. Essa tendência por roupas piratas também se reflete por aqui.

Em outubro de 2022, uma operação da Prefeitura de São Paulo, em um shopping da Avenida Paulista, apreendeu bolsas piratas das marcas Louis Vuitton e Prada, que eram vendidas a R\$ 200. Segundo relato da operação, os produtos originais têm valor entre R\$ 15 mil e R\$ 35 mil.

E esse é o principal motivo para a compra de produtos piratas: o preço baixo. Uma pesquisa realizada pela Fecomercio do Rio de Janeiro revelou que 75% dos consumidores de produtos piratas em 2021, apontaram o preço baixo como a principal razão para comprá-los.

CNN



na comparação anual, houve queda significativa da taxa de desocupação em todas as unidades da Federação, caindo 3,9 ponto percentual em relação ao mesmo trimestre de 2021, quando a taxa registrada foi de 12,6%.

“No segundo trimestre, a taxa de ocupação havia caído 1,8 ponto percentual, com disseminação da queda por 22 unidades da Federação. No terceiro trimestre, a queda foi menos intensa, de 0,6 ponto percentual, e isso repercutiu nos resultados locais, por estado”.

As menores taxas de desocupação no terceiro trimestre foram verificadas em Rondônia (3,9%), Mato Grosso (3,8%) e Santa Catarina (3,8%). Por região, o Sul

tem o menor desemprego, de 5,2%, com os três estados com percentuais abaixo da média nacional.

A taxa de informalidade ficou em 39,4% no terceiro trimestre. Os maiores percentuais foram registrados no Pará (60,5%), Maranhão (59,1%) e Amazonas (57,1%). As menores informalidades no período foram observadas em Santa Catarina (25,9%), no Distrito Federal (29,8%) e em São Paulo (30,6%).

São considerados trabalhadores informais os empregados domésticos e do setor privado sem carteira assinada, os empregadores e trabalhadores por conta própria sem CNPJ e os trabalhadores familiares auxiliares.

Akemi Nitahara/ABR

Política

Lula larga na contramão do que levou ao sucesso de seus dois governos



Ao defender furar o teto de gastos como “responsabilidade social” e tentar manter fora da atual âncora fiscal despesas do Bolsa Família ressuscitado, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) embarca na contramão do caminho que levou ao sucesso de seus dois governos, entre 2003 e 2010.

Estimativas apontam um valor de R\$ 175 bilhões ao ano, equivalente a cerca de 2% do PIB, o que o novo governo quer manter fora do teto ao longo de seu mandato.

O valor pressionará o aumento da dívida pública e tornará muito difícil a Lula conseguir terminar seu governo

(com esse montante de despesas adicionais) realizando um superávit primário de 2% do PIB, considerado necessário para estabilizar a dívida pública em relação ao PIB.

O superávit primário é a economia que o governo deveria fazer, entre arrecadação e despesas, para pagar juros da dívida pública. Se não o faz, a dívida aumenta, e o mercado exigirá juros cada vez mais altos do governo para financiá-lo.

Isso compromete investimentos produtivos e encarece empréstimos a consumidores, derrubando a economia. Também acaba levando a mais inflação, à medida que o governo terá de emitir dinheiro para

financiar gastos e o pagamento de juros, desembocando em um cenário de estagnação (recessão com inflação).

Dados dos últimos 20 anos deixam claro que a responsabilidade fiscal e os superávits primários foram fundamentais para que Lula fizesse mais pelo social —como diz ser sua prioridade agora.

Ao realizar superávits todos os anos, entre 2003 e 2010, para reduzir a dívida pública, Lula obteve taxa média anual de crescimento do PIB de 4% (quase o dobro da era FHC), baixou o desemprego, a miséria, a inflação, o dólar e aumentou os investimentos no país.

Fernando Canzian/Folhapress

Moraes manda bloquear contas de suspeitos de atuar em atos antidemocráticos



O ministro Alexandre de Moraes, do STF, mandou bloquear contas bancárias ligadas a 43 pessoas e empresas suspeitas de envolvimento com atos antidemocráticos realizados em algumas cidades do país questionando o resultado das eleições.

A decisão, de sábado (12), está sob sigilo. A Polícia Federal terá dez dias para tomar o depoimento dos alvos e indicar as diligências que entender necessárias.

Apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) cobram as Forças Armadas para que promovam um golpe que impeça a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Bolsonaro teve uma inédita derrota para um presidente que dis-

Apoiador no 2º turno, Zema diz que Bolsonaro ‘perdeu para si mesmo’

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), afirmou em entrevista nesta quinta-feira (17) que o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) pecou na comunicação e que perdeu a eleição não só para o adversário, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas para si mesmo.

“O presidente Bolsonaro teve uma infelicidade muito grande principalmente na comunicação”, disse ele em entrevista ao jornal O Tempo. “Teve bons resultados, mas sempre causando muitos ruídos, um desgaste desnecessário. Mais do que ter perdido para o próprio candidato Lula, o presidente Bolsonaro perdeu para si mesmo, devido à forma de condução da comunicação”.

Para Zema, que foi coor-

denador da campanha de Bolsonaro em Minas Gerais no segundo turno das eleições, a comunicação do presidente falhou principalmente durante a pandemia da Covid-19.

“Durante a pandemia, a comunicação do governo federal deixou muito a desejar. Quando você está lidando com algo que não conhece, é bom não menosprezar, você está menosprezando algo que alguém está aflito em relação àquilo e acaba tendo um reflexo negativo”, disse.

O mineiro também negou que seja o “herdeiro” político de Bolsonaro no estado. “Não me vejo como herdeiro, até porque tenho partido diferente. Apoiei Bolsonaro no segundo turno porque tenho mais semelhanças com o projeto dele do que com o candidato adversário, mas temos diferenças”, afirmou. Folhapress



putava a reeleição no país.

Na decisão, Moraes diz que não há dúvidas de que os movimentos reivindicatórios de empregadores e trabalhadores, seja por meio de greves, reuniões e passeatas, não podem obstar o exercício, por parte do restante da sociedade, dos demais direitos fundamentais.

Ele acrescentou que é “claramente abusivo” o exercício desses direitos que impeçam o livre acesso das demais pessoas aos aeroportos, rodovias e hospitais, por exemplo, “em flagrante desrespeito à liberdade constitucional de locomoção (ir e vir), colocando em risco a harmonia, a segurança e a saúde pública”.

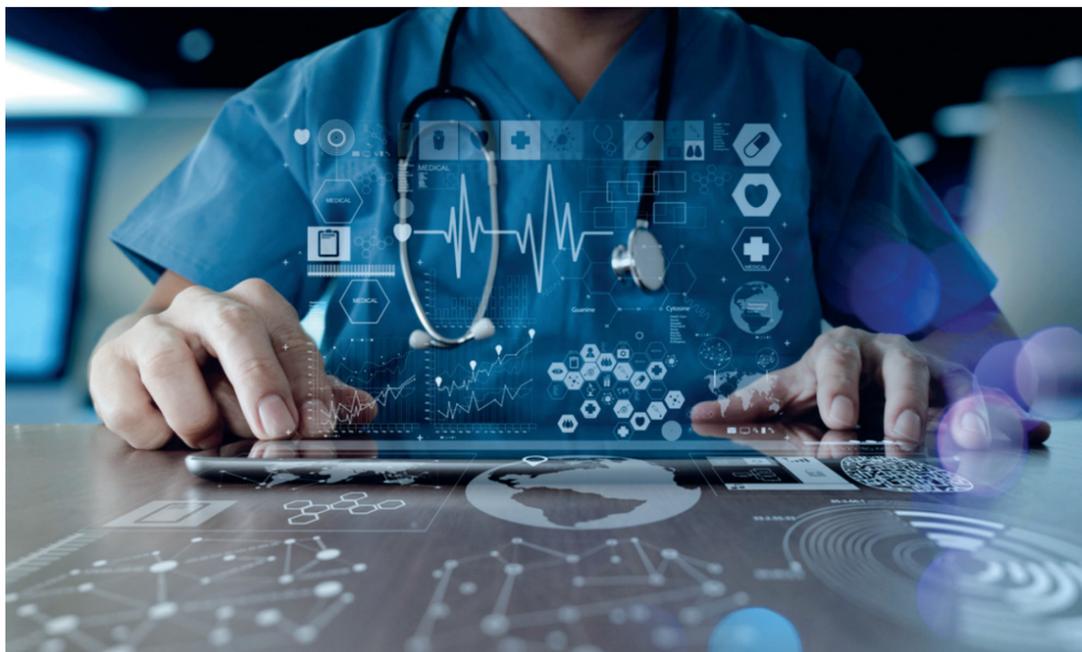
Moraes disse que informações prestadas pela PRF deram conta de que empresários estariam financiando

os atos antidemocráticos sob análise, com o fornecimento de infraestrutura completa (refeições, banheiros, barracas, etc) para a manutenção do abuso do direito de reunião, além do fornecimento de diversos caminhões para o reforço da manifestação criminosa.

“O potencial danoso das manifestações ilícitas fica absolutamente potencializada considerada a condição financeira dos empresários apontados como envolvidos nos fatos, eis que possuem vultosas quantias de dinheiro, enquanto pessoas naturais, e comandam empresas de grande porte, que contam com milhares de empregados, sujeitos às políticas de trabalho por elas implementadas”, escreveu o ministro.

Constança Rezende/Folhapress

Inteligência artificial para diagnóstico precoce de doenças atrai GK Ventures



A regional da NotreDame Intermédica em Jundiá iniciou testes com a inteligência artificial da Neuralmed, uma startup que facilita diagnóstico precoce de doenças, partindo de uma base de 3 mil diabéticos identificados pela equipe médica num contingente de 110 mil vidas. Com o uso da tecnologia, a Intermédica descobriu que poderia, na verdade, ter mais 4 mil potenciais diabéticos, o que virou um trunfo para evitar o desenvolvimento da doença — ótimo para os pacientes, que podem ser tratados ainda na fase inicial, e também para os planos de saúde, com redução de custos em tratamentos mais longos e muitas vezes menos eficientes. A iniciativa começou

como um projeto piloto viabilizado pelo investimento da Intermédica na Neuralmed — o grupo de saúde liderou uma rodada de R\$ 10 milhões na healthtech, ficando com 9,3% do capital —, mas vem ganhando escala e a tecnologia está perto de chegar a 5 milhões de vidas.

O desempenho da inteligência artificial desenvolvida nos últimos anos pela Neuralmed acaba de atrair a GK Ventures. A firma de investimentos de impacto de Eduardo Mufarej está liderando a rodada série A da startup, que não teve o montante revelado. Com o aporte, a GK se juntou a um grupo de investidores que já incluía também Alexia Ventures, Norte Ventures, MG Tech e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

“Normalmente, usamos o nosso plano de saúde igual a uma funilaria, para consertos. Mas queremos trazer para o sistema da auto escola. Vamos dirigir melhor para evitar os acidentes, que na saúde significa cuidar da prevenção e não só tratar a doença quando ela aparece”, compara Anthony Eigier, CEO e cofundador da NeuralMed

Além do diabetes, os módulos de monitoramento do Atlas — o carro-chefe da startup — já ajudam redes de hospitais e operadoras de planos de saúde verticalizados (laboratórios como Fleury e Alliar também são clientes) no diagnóstico de hipertensão, câncer de mama e cardiopatias. Em breve, o NeuralMed deve lançar um módulo para doenças renais crônicas.

Pipeline Valor

“Precisamos de uma nova educação no Brasil”: presidente da Abstartups analisa mercado de inovação nacional

O maior evento de inovação e empreendedorismo da América Latina, o CASE 2022, acontece quinta e sexta, 17 e 18 de novembro. No evento, executivos de diversas áreas se reúnem para criar networking e trocar experiências, ao longo da painéis, alguns players do mercado demonstram sua opinião sobre temas do mercado de inovação. O atual presidente da Associação Brasileira de Startups, Felipe Matos, comandou um painel em que abordou o momento vivido pelo ecossistema.

O executivo começa falando da base do ecossistema: a união. Explica que é preciso ter um sentimento de sucesso compartilhado, em que se fica feliz em ajudar os outros a alcançarem suas metas, o tão citado conceito de giveback.

“O conceito de ecossistema vem da biologia, que consiste na união de vários seres para levar o ambiente para cima. Com a inovação é igual, começando com startups e indo até investidores e grandes empresas que trabalham juntos para que todos cresçam”, explica Felipe Matos.

Ele fala que o ecossistema brasileiro deve ter um progresso ainda mais rápido do que no resto do mundo, por ter nascido depois, mas também vê uma vantagem no nosso ecossistema. Explica que o Brasil, por ter proporções continentais, possui demanda e procura por diversos processos, já em outros países, muitas das empresas já nascem pensando em internacionalização de marca, e as startups brasileiras não precisavam dessa pressa.

Startups



Turbi, a startup de locação que não quer ser a Localiza



Em 2016, Diego Lira conseguiu uma reunião com os irmãos Eugênio e Salim Mattar, os fundadores da Localiza.

Na época, o empreendedor havia acabado de fundar a Turbi, uma startup de locação de carros por aplicativo, e desejava convencer os Mattar a investir na empresa.

Os mineiros não botaram a mão no bolso, mas deram conselhos que ajudaram a moldar o negócio.

“Era difícil conseguir funding apenas com um PPT, uma vez que o custo de capital é alto para esse tipo de negócio,” Lira disse.

Depois da conversa, o fundador da Turbi saiu deter-

minado a ter uma empresa asset light. Os veículos seriam sublocados de locadoras médias ou grandes, e a relação com os clientes deveria ser totalmente digital.

Sem lojas e frota própria, a startup desenvolveu um modelo de negócio de ‘car sharing’ em que o cliente faz a locação do carro no aplicativo e o retira em estacionamentos espalhados pelas cidades onde opera (hoje São Paulo e região metropolitana).

A empresa tem cerca de 2 mil carros em circulação e projeta fechar 2022 faturando R\$ 80 milhões.

Seis anos após o encontro com os Mattar, só agora a Turbi está comprando sua

frota própria com os recursos captados em sua primeira emissão de debêntures.

A companhia levantou R\$ 105,8 milhões com investidores como a Jive, Arc, Capitânia, Augme, Latache, Western e Fator. A operação, coordenada pela XP, tem prazo de cinco anos e paga CDI + 6%.

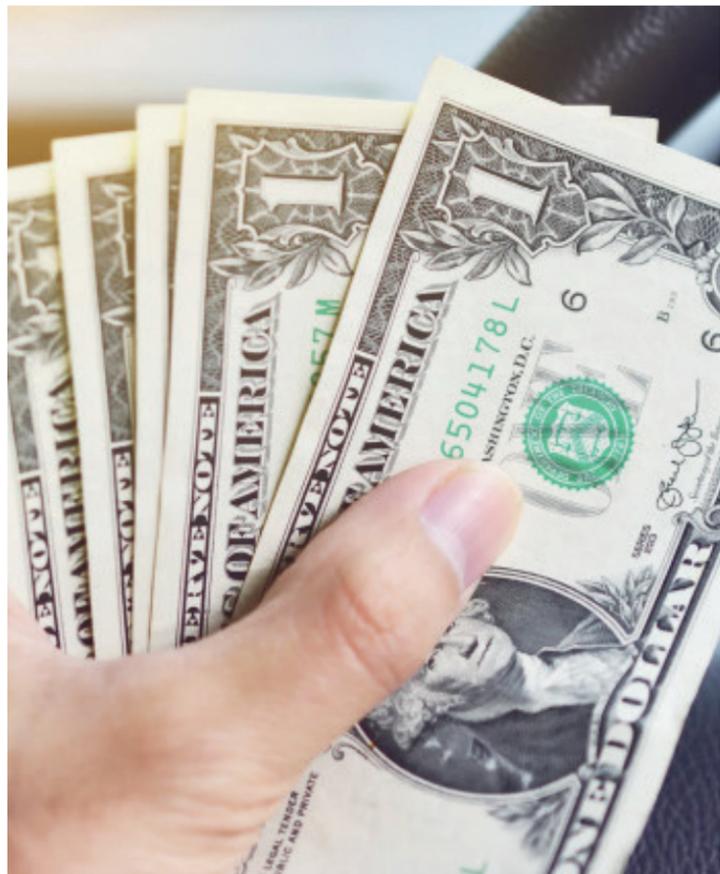
A Turbi pretende alocar 90% dos recursos na aquisição de veículos, o que deve reduzir em 35% o custo de operar com a frota de terceiros.

A mudança no modelo de operação também vai permitir que a empresa entre no mercado de seminovos, hoje um negócio importante para as locadoras tradicionais.

Brazil Journal

Finanças

Dólar supera R\$ 5,40 com mercado de olho em PEC e equipe de transição



O dólar à vista encerrou a sessão desta quinta-feira, 17, a primeira após a apresentação da minuta da chamada PEC da Transição ao Congresso Nacional, acima da linha de R\$ 5,40, mas longe dos níveis observados pela manhã, quando chegou a superar R\$ 5,50 e registrou máxima a R\$ 5,5298 (+2,75%).

Depois de rodar entre R\$ 5,44 e R\$ 5,45 pela maior parte da tarde, a moeda spot renovou mínimas na reta final do pregão, quando desceu até 5,4012 (+0,36%), em meio a uma pressão vendedora no mercado futuro, que levou o contrato da divisa para dezembro a operar pontualmente em baixa. No fechamento, o dólar à vista era cotado a R\$ 5,4017, em alta de 0,37%.

Segundo profissionais do mercado, após um rearranjo de posições mais forte no início dos negócios, investidores buscaram uma acomodação e promoveram ajustes para realização de lucros pela tarde. Também pode ter tirado fôlego da moeda americana a possibilidade crescente de desidratação da PEC ao longo da tramitação no Congresso.

No fim do dia, veio a notícia de que o ex-ministro Guido Mantega, de creden-

ciais desenvolvimentistas e um dos pais da Nova Matriz Econômica no segundo governo da ex-presidente Dilma Rousseff, pediu renúncia do grupo técnico de Orçamento e Planejamento do governo de transição. Outro ponto que chamou a atenção dos operadores nos últimos minutos de negociação foi o fato de o coordenador de grupos temáticos da equipe de transição, o ex-ministro Aluizio Mercadante, ter acenado, em entrevista, com revisão de subsídios e redução de despesas.

Na PEC, o governo propôs um 'waiver' de R\$ 175 bilhões para o Bolsa Família e de cerca de R\$ 23 bilhões de "receitas extraordinárias" para investimentos – levando as despesas fora do teto de gastos a R\$ 198 bilhões. Mais: os R\$ 105 bilhões que estavam no orçamento (dentro do teto) para dar conta do Auxílio Brasil de R\$ 400 neste ano agora vão para aumento do salário mínimo e outros programas sociais. Cotado para ser relator da PEC, o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) defende que os recursos para bancar o Bolsa Família fiquem fora do teto de gastos só em 2023, segundo apurou o Broadcast Político.

IstoÉDinheiro

Ibovespa desacelera perda em dia marcado por tensão com risco fiscal

O Ibovespa fechou em queda nesta quinta-feira, chegando ao patamar dos 107 mil pontos no pior momento, diante de receios de deterioração fiscal após detalhamento da PEC da Transição, que visa excluir da regra do teto de gastos os desembolsos com o Bolsa Família e outras mudanças orçamentárias.

Mas o índice desacelerou as perdas após notícias que incluíram a saída do ex-ministro Guido Mantega da equipe de transição. Já o ex-ministro Aloizio Mercadante indicou que a equipe de governo de Luiz Inácio Lula da Silva avalia rever isenções fiscais para elevar receitas. A recuperação das ações da Vale também ajudou na redução das perdas do índice na sessão.

O Ibovespa encerrou em baixa de 0,49%, a 109.702,78 pontos, distante da mínima da sessão, de 107.245,13 pontos, mas ainda assim menor patamar de fechamento desde o final de setembro.

O volume financeiro somou 42,3 bilhões de reais, em

sessão também marcada por operações visando o vencimento de opções sobre ações na sexta-feira.

“Esse esboço inicial definitivamente não parece ser um bom presságio para ancorar as expectativas sobre a sustentabilidade da dívida pública”, afirmaram economistas do Citi. Eles reconheceram, porém, que ainda há restrições que podem limitar o afrouxamento fiscal, como as negociações no Congresso.

No final da quarta-feira, a equipe de transição de Lula apresentou a parlamentares proposta de “excepcionalizar” do teto de gastos 175 bilhões de reais para o Bolsa Família de 600 reais a partir de 2023, com adicional de 150 reais por criança, sem um prazo determinado.

O texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) inclui ainda uma autorização para que parte de receitas extraordinárias fique fora do teto e possa ser redirecionada para investimentos, em um limite de 23 bilhões de reais, entre outras possibilidades.

IstoÉDinheiro



Números do mercado financeiro

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC -

R\$ 5,4649 / R\$ 5,4655 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,4060 / R\$ 5,4080 *

Turismo - R\$ 5,5500 /

R\$ 5,6540

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: 0,44%

OURO BM&F

R\$ 306,000

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,49%

Pontos: 109.703

Volume financeiro:

R\$ 42,266 bilhões

Maiores altas: WEG ON

(2,17%), Bradesco PN

(2,17%), Ultrapar ON

(1,94%)

Maiores baixas: Qualicorp

ON (-10,60%), Alpargatas

PN (-6,55%), BRF SA ON

(-6,53%)

S&P 500 (Nova York):

-0,31%

Dow Jones (Nova York):

-0,02%

Nasdaq (Nova York):

-0,35%

CAC 40 (Paris): -0,47%

Dax 30 (Frankfurt):

0,23%

Financial 100 (Londres):

-0,06%

Nikkei 225 (Tóquio):

-0,35%

Hang Seng (Hong Kong):

-1,15%

Shanghai Composite

(Xangai): -0,15%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): -0,41%

Merval (Buenos Aires):

0,81%

IPC (México): -0,36%



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Concessionária Linha Universidade S.A.

CNPJ/ME nº 35.588.161/0001-22 – NIRE 35.300.545.044

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de novembro de 2022

Data, Hora e Local: 04/11/2022, às 12h00, na sede social da Companhia. **Presenças:** Convocação realizada por edital enviado por meio eletrônico. Reunião instalada por vídeo conferência com a participação dos membros do Conselho de Administração ("Conselheiros"), a saber: Sr. Diego Marin Garcia, o Sr. Pedro Enrique Mengotti Fernandez de los Rios, sr. Mathieu Pierre Henri Lebegue, Sr. Inigo Rozas Cano e Sr. Denis Roberto de Castro. **Mesa:** Sr. André Lima De Angelo (Presidente); e Javier Serrada (Secretário). **Ordem do Dia:** (a) Desculpas e delegações; (b) Deliberar sobre recondução do Diretor Técnico e do Diretor de Administração Contratual; (c) Deliberar sobre outros assuntos de interesse da Companhia. **Deliberações:** Preliminarmente, foi aprovado por unanimidade que a presente ata fosse lavrada na forma sumária, conforme autorizado pelo Artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. Ato seguinte, após leitura, análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, foram aprovadas as seguintes matérias, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **(a)** A reeleição dos seguintes diretores, para um mandato unificado de 3 anos, a contar da presente data: **(a)** Fernando Minguez Llorente, RNE nº F299202E e CPF/MF nº 716.583.671-38, no cargo de **Diretor Técnico** e **(b)** Moisés Nonato Santos, RG nº 18.956.480-5 e CPF/MF nº 183.138.788-35, no cargo de **Diretor de Administração Contratual**. Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 04/11/2022. **Javier Serrada.** JUCESP – Registrado sob o nº 657.537/22-6 em 11/11/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

Assembleia Geral Extraordinária – Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que se realizará no dia 28 de novembro de 2022, às 10:00 horas, na sede social da Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1666, conjunto 182 – Edifício Boulevard Sul – Vila Olímpia – São Paulo-SP – CEP: 04547-001., a fim de deliberarem sobre: a) Alteração do endereço da matriz 58.317.751/0001-16 e da filial 58.317.751/0004-69 da Companhia; b) outros assuntos de interesse da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas deverão apresentar à Companhia, antes ou na data de realização da Assembleia Geral Extraordinária, conforme o caso: (i) documento de identidade e, conforme o caso, atos societários pertinentes que comprovem a representação legal; e (ii) instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, acompanhado do documento de identidade do procurador e, conforme o caso, atos societários pertinentes. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, no departamento financeiro da Companhia, no endereço da sede, cópias de todos os documentos específicos a serem apreciados na Assembleia e referidos nesta convocação. São Paulo, 17 de novembro de 2022. **Mariela Rodrigues Vasone** – Presidente do Conselho de Administração. (17, 18 e 19/11/2022)

Angélica Administração de Bens e Participações S/A

CNPJ/ME nº 07.275.261/0001-63 – NIRE 35.300.321.162

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Angélica Administração de Bens e Participações S.A.** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada às 12h00min do dia 26 de novembro de 2022, na sede social da Companhia, na Rua Itapicuru, nº 369 – Conjunto 1510 – sala A, São Paulo, Capital, CEP 05006-000, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** prestação de contas dos administradores, apreciação, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021; **(b)** deliberar sobre a distribuição do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021; **(c)** Fixação da remuneração da Diretoria; **(d)** eleger novos membros da Diretoria; e **(e)** outras deliberações de interesse da Companhia. São Paulo, 18 de novembro de 2022. **Charles Kirov Naspitz** – Diretor. (18, 19 e 22/11/2022)

JJ São Bento Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF 12.585.570/0001-70 - NIRE 352.246.903.61

Ata de Assembleia de Sócios realizada em 18 de outubro de 2022

Data/hora/local: 18/10/22, 10hs, na sede da Sociedade. **Convocação e Presença:** Dispensada, sócios representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. Manoel Julio Filho, presidente; Sr. Antonio Carlos Valinho, secretário. **Deliberações aprovadas:** (i) A redução do capital social em R\$ 7.225.175,00, passando o capital social de R\$ 25.645.175,00 para R\$ 18.420.000,00, mediante o cancelamento de 72.251.750 quotas representativas do capital social, com valor unitário de R\$ 0,01 cada uma, tendo em vista capital excessivo em relação ao objeto da sociedade, restituindo-se o valor das quotas aos sócios no prazo de 24 meses. (ii) a autorização aos administradores para praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas. Nada mais. Sorocaba/SP, 18/10/2020.

Anápolis Participações S/A

CNPJ/ME nº 07.681.221/0001-11 – NIRE 35.300.325.559

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Anápolis Participações S/A.** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada às 10h00min do dia 26/11/2022, na sede social da Companhia, na Rua Itapicuru nº 369, conjunto 1509 – A, São Paulo-SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** prestação de contas dos administradores, apreciação, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31/12/2017, 31/12/2018, 31/12/2019, 31/12/2020 e 31/12/2021; **(b)** deliberar sobre a distribuição do resultado do exercício findo em 31/12/2021; **(c)** Fixação da remuneração da Diretoria; **(d)** eleger novos membros da Diretoria; e **(e)** outras deliberações de interesse da Companhia. São Paulo, 18/11/2022. **Charles Kirov Naspitz** – Diretor. (18, 19 e 22/11/2022)

Monte Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 37.702.340/0001-74 – NIRE 35.300.557.352

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de outubro de 2022, às 09:00 horas – Certidão

Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 655.572/22-3 em 11/11/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Cotação das moedas



Coroa (Suécia) - 0,5126
Dólar (EUA) - 5,4655
Franco (Suíça) - 5,7242
Iene (Japão) - 0,03888
Libra (Inglaterra) - 6,4384
Peso (Argentina) - 0,03357
Peso (Chile) - 0,005932
Peso (México) - 0,2811
Peso (Uruguai) - 0,1374
Yuan (China) - 0,7639
Rublo (Rússia) - 0,09037
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,6459

Data Mercantil

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Appia Infraestrutura e Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 33.588.168/0001-19

Escritura Pública de Constituição de Sociedade por Ações sob a forma de subsidiária integral denominada "Appia Infraestrutura e Investimentos S.A."

Saibam, os que esta pública escritura ("Escritura") bastante virem que, no ano de **2019**, aos **28 de março**, nesta cidade de São Paulo, República Federativa do Brasil, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1608, 3º andar, Sala B, Vila Olímpia, onde a chamado vim, e perante mim, Escrevente, compareceu, como **Outorgante Constituinte: Tísa – Infraestrutura e Investimentos S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF nº 10.579.577/0001-53, NIRE 35.300.364.848 ("Tísa"), com seu Estatuto Social consolidado pela AGE, realizada em 12/07/2017, cuja ata foi registrada na JUCESP sob nº 388.752/17-8, em sessão de 21/08/2017, sendo sua diretoria eleita nos termos da Reunião do Conselho de Administração realizada em 04/12/2014, cuja ata foi registrada na referida JUCESP sob nº 5.761/15-3, em sessão de 15/01/2015, documentos estes que ficam arquivados nestas Notas, em pasta 1310/2019, neste ato, representada por seus Diretores, Sr. **Ricardo Bellon Junior**, RG nº 04545559-9/FP/RJ, CPF/MF nº 588.370.437-91, e Sr. **Fábio Ferreira Gudim**, RG nº 21.517.924-9 (SSP/SP), CPF/MF nº 114.287.998-42, os quais declaram não haver alterações estatutárias posteriores à supra citada. Também comparece ao presente ato, a advogada **Sara Guimarães Sampaio Tavares**, RG nº 09406909-34-SSP/BA, CPF/MF nº 829.542.245-68. Os presentes, capazes, de acordo com meu entendimento, em face à documentação apresentada, foram identificados por mim, Escrevente, de conformidade com os documentos apresentados e acima citados, do que dou fé. E, pela ("Tísa"), na forma como comparece, sob as penas da Lei, foi declarado o seguinte: **1º** Nos termos do artigo 251 da Lei número 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), visando à constituição de subsidiária integral, denominada **Appia Infraestrutura e Investimentos S.A.** ("Companhia"), a Tísa subscreve e integraliza 20.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão equivalente a R\$ 1,00 por ação, fixado nos termos do artigo 170 da Lei das S.A., representando a totalidade do capital social da Companhia, no montante total de R\$20.000,00, integralizadas mediante moeda corrente nacional. **2º** Com o registro da presente Escritura na JUCESP, a Tísa considerará devidamente constituída a **Appia Infraestrutura e Investimentos S.A.**, sua subsidiária integral, que será regida pelo Estatuto Social a seguir transcrito: "**Estatuto Social, Capítulo 1º – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º. Appia Infraestrutura e Investimentos S.A.** é uma sociedade por ações de capital fechado, que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A sociedade tem sede e foro jurídico na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.608, 3º andar, Sala B, Vila Olímpia, São Paulo-SP, podendo a Diretoria, criar e extingui filiais, agências e escritórios ou depósitos em quaisquer praças do país e do exterior. **Artigo 3º.** A duração da sociedade é por prazo indeterminado. **Artigo 4º.** A sociedade tem por objeto social: (a) execução de serviços de construção, manutenção, montagem e assistência técnica, incluindo fornecimento, para os setores de infraestrutura e industrial, nas áreas: aeroportuária, metro-ferroviária (infra e superestrutura e material rodante), saneamento básico e ambiental, telecomunicações, controle de tráfego rodoviário, infraestrutura urbana e dragagens, obras hidráulicas, portos e canais, navegação lacustre, fluvial e marítima; linhas de transmissão, redes de distribuição e subestações elétricas; estações elevatórias e de tratamento sanitário; (b) realização de estudos e projetos de engenharia e fiscalização nas áreas de transporte, de saneamento e de engenharia civil ligadas a pontes, estradas, ferrovias, e viadutos, incluindo, mas não se limitando a terraplenagens, pavimentações, concretagens, assentamento de trilhos; (c) concessões de serviços públicos incluindo, mas não se limitando às áreas: de saneamento (água e esgoto), rodoviárias, metro-ferroviárias, estacionamentos, de limpeza urbana, compreendendo coleta de lixo, varrição, transporte, remoção e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares, industriais, hospitalares e demais correlatos, aterros sanitários, incorporações e construções de imóveis próprios e de terceiros, loteamentos, venda e compra de imóveis; (d) projeto e construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações; (e) fiscalização de execução de obras rodoviárias e metro-ferroviárias; (f) manutenção de material rodante; (g) projeto, construção e fornecimento de sistemas metro-ferroviários, incluindo, mas não se limitando a sinalização, telecomunicação, eletrificação, sonorização, controle de acesso de passageiros, estações de passageiros, alimentação elétrica (subestações primárias e retificadoras) e rede aérea, inclusive com fornecimento de equipamentos, peças e afins; (h) projeto e construção de sistemas aéreos portuários incluindo informações ao usuário, telecomunicação, sonorização, controle de incêndio e controle de acesso de passageiros; (i) exportação e importação dos produtos e serviços descritos nos itens antecedentes; (j) aluguel de máquinas e equipamentos, comércio e representação de materiais para construção; (k) participação de licitações isoladamente ou por meio de consórcios ou SPCs e modalidade de *joint venture*; (l) participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista; e (m) administração de bens próprios. **Capítulo 2º – Do Capital, das Ações e do Direito de Preferência. Artigo 5º.** O Capital Social é de R\$ 20.000,00, divididos em 20.000 ações ordinárias nominativas, representativas de 100% do capital social. **§ 1º.** Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§ 2º.** Não será permitida a conversão de uma espécie ou classe de ações em outra. **§ 3º.** Nos aumentos de capital da Companhia, o preço de emissão das ações, assim como as condições e prazos de integralização serão fixados pela Assembleia Geral, podendo ser emitidas ações ordinárias ou preferenciais, observada a proporção estabelecida em lei. **§ 4º.** As ações serão representadas por títulos unitários ou múltiplos, assinados por dois Diretores da Companhia. **§ 5º.** O direito de preferência para subscrição do aumento de capital social deverá ser exercido pelo acionista no prazo máximo de 30 dias a contar da data da Assembleia Geral que aprovou o aumento do capital social. **§ 6º.** O acionista que, nos prazos marcados não efetuar o pagamento das entradas ou prestações

correspondentes às ações por ele subscritas ou adquiridas, ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de 1% ao mês sobre o valor daquelas entradas ou prestações. **§ 7º.** O sócio que desejar alienar suas ações, ou parte delas, deverá dar ciência de sua intenção aos demais acionistas, através de carta endereçada à sociedade, onde deverão constar, expressamente, a quantidade de ações, a espécie, o preço e as condições de pagamento. Os demais acionistas terão o prazo de 30 dias para manifestar o seu direito de preferência na aquisição das ações ofertadas. Após esse prazo, essas ações poderão ser livremente alienadas. **§ 8º.** A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$100.000.000,00, mediante deliberação unânime, em Assembleia Geral, que fixará, em cada caso, e respeitadas as disposições desta Cláusula 5ª, a quantidade e espécie de ações a serem emitidas e as condições de subscrição e integralização. **Capítulo 3º – Acordos de Acionistas. Artigo 6º.** Os Acordos de Acionistas que estabeleçam condições de compra e venda de suas ações, ou o direito de preferência da compra das mesmas, ou o exercício do direito de voto ou o poder de controle serão sempre observados pela Companhia, quando tais acordos forem devidamente registrados na sua sede, na forma do art. 118, da Lei 6.404/76. **§ Único.** As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e obrigarão terceiros, herdeiros e sucessores. **Capítulo 4º – Da Administração da Sociedade. Artigo 7º.** A administração da sociedade compete à Diretoria, os quais são investidos de todos os poderes necessários à administração da sociedade e a consecução de seu objeto social. **Artigo 8º.** São matérias de competência da Diretoria: (a) estabelecer a orientação geral dos negócios e atividades bem como das diretrizes básicas da sociedade; (b) decidir sobre a participação da sociedade em outras empresas nas quais venha a ser sócia ou acionista, e definir como será exercido o seu voto; decidindo também sobre a participação da sociedade em consórcios, *joint ventures* e formas correlatas; (c) decidir sobre aquisição, venda, promessa de venda, cessão, promessa de cessão, hipoteca ou qualquer outra forma gravame ou ônus sobre os bens do ativo, tais como imóveis, instalações, máquinas, equipamentos, veículos, valores mobiliários bem como de créditos e seus relativos, ou ainda de quotas e ações de sociedades em que a sociedade seja detentora de quotas e ações; (d) decidir sobre aplicações financeiras incluindo as de valores mobiliários; (e) praticar atos e assumir contratos e obrigações, inclusive de avais, fianças, endossos etc., nos termos previstos neste estatuto; (f) escolher e destituir auditores independentes, consultores e assessores da sociedade; (g) convocar as Assembleias Gerais; (h) submeter à Assembleia Geral propostas versando sobre as matérias constantes do art. 17 deste Estatuto. **Artigo 9º.** A Diretoria será composta de 02 membros, residentes no país, sendo 01 Diretor Presidente e 01 Diretor Corporativo. **§ 1º.** A representação da sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, será sempre exercida por 01 Diretor ou por um procurador legalmente constituído, à exceção das atividades a seguir indicadas, para as quais a Companhia será representada: (a) mediante assinatura conjunta e indistinta de 2 Diretores ou de 1 Diretor e 1 Procurador: (a.1) assinaturas de contratos de obras e projetos a serem executados pela Companhia, (a.2) tomadas de empréstimos, concessões de fianças, avais e demais formas de garantias, (a.3) oneração ou gravame sobre os bens do ativo; (a.4) alienação ou aquisição de bens do ativo; (b) mediante assinatura conjunta e indistinta de 2 Diretores ou de 1 Diretor e 1 Procurador ou de 2 Procuradores legalmente constituídos, (b.1) movimentação financeira/bancária, (b.2) abertura, movimentação e fechamento de contas bancárias e/ou de investimento, (b.3) solicitação e emissão de cheques, ordens de pagamento, (b.4) movimentação bancária via internet. **§ 2º.** Os Diretores serão eleitos para um mandato de 3 anos, permitida a reeleição, cabendo à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores da Companhia. **§ 3º.** Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos trinta dias que se seguirem a sua eleição, dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão. **§ 4º.** Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos, até a investidura dos novos membros eleitos. **§ 5º.** Em suas ausências ou impedimentos temporários, os Diretores serão substituídos por um outro Diretor. **§ 6º.** Em caso de vacância definitiva de um ou mais cargos da Diretoria, deverá ser convocada a Assembleia Geral para eleição dos novos membros. **§ 7º.** A Diretoria prestará contas de seus atos para a Assembleia Geral. **Artigo 10º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer um dos Diretores, na sede social da Companhia, lavrando-se as atas no livro próprio. **Artigo 11.** Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela Lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria: **(a) ao Diretor Presidente:** cumprir e fazer cumprir o Estatuto, as deliberações das Assembleias Gerais e da Diretoria; convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria; implementar os planos e orçamentos; analisar e propor à Diretoria políticas, métodos e sistemas de atuação no mercado; avaliar permanentemente a performance do mercado e as tendências mercadológicas, bem como estruturar e dirigir todos os serviços da sociedade de acordo com as diretrizes traçadas pela Assembleia Geral; estabelecer as linhas de atuação para os negócios de sua competência e responsabilidade; coordenar as atividades de marketing e propaganda, visando o incremento permanente das atividades e dos resultados da sociedade; fomentar o relacionamento com instituições governamentais relacionadas com o segmento de atuação da empresa; e propor o estabelecimento de filiais no país e no exterior como alternativa viável ao melhor desenvolvimento e expansão dos negócios da Sociedade; estabelecer as linhas de atuação para os empreendimentos de obras realizadas pela Companhia, inclusive em sistemas de consórcios, *parcerias, joint venture*, e quaisquer outras modalidades, estruturar e coordenar as execuções dos serviços técnicos operacionais em todas as suas fases, inclusive no tocante ao maquinário e equipamento, para o pleno cumprimento e desempenho nos contratos adjudicados à sociedade; **(b) ao Diretor Corporativo:** elaborar, semestralmente, os orçamentos de custeio e investimentos da Sociedade; elaborar e acompanhar o fluxo de caixa, provendo as eventuais necessidades de recursos e aplicando os excedentes; zelar para que as demonstrações financeiras da Sociedade, assim como os relatórios que lhe incumbem, na forma de disposições legais e regulamentares, sejam sempre elaborados e entregues tempestivamente; e propiciar suporte à análise de estudos de viabilidade econômico-financeira de novos investimentos. **§ Único.**

Caberá aos diretores designados comparecer às reuniões da Diretoria e colaborar eficazmente na gestão da sociedade, além de outras atribuições no cumprimento normal das atividades da sociedade que lhes forem atribuídas pela Assembleia Geral. **Artigo 12.** As procurações outorgadas pela Companhia deverão: (a) ser assinadas por 2 Diretores; (b) especificar expressamente os poderes conferidos; (c) conter prazo de validade não superior a 2 anos, salvo no caso das procurações outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos; (d) vedar o subestabelecimento, salvo no caso das procurações outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos. **Artigo 13.** É vedado aos Diretores e aos procuradores obrigar a Companhia em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos e liberalidade em nome dela. **Capítulo 5º – Das Assembleias Gerais. Artigo 14.** A Assembleia Geral, órgão deliberativo da Companhia, reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses subsequentes ao término do exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, permitida a convocação e a realização simultânea de assembleias ordinária e extraordinária. **§ 1º.** As Assembleias Gerais serão convocadas por acionistas que representem, no mínimo, 5% do capital votante, devendo o Edital de Convocação constar à ordem do dia, ainda que sumariamente, bem como o dia, local e hora da reunião. **§ 2º.** A Assembleia Geral será presidida por 1 Diretor, o qual convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **§ 3º.** Guardar-se-á, quando da instalação da Assembleia, ordem dos trabalhos e *quorum* para deliberação, bem como o que a Lei contiver a respeito. **Artigo 15.** Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista ou representante de acionista, administrador da Companhia ou advogado. **Artigo 16.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvados os casos previstos por Lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em brancos. **Artigo 17.** Além daquelas previstas em lei, são matérias de competência da Assembleia: (a) aumento ou redução do capital social; (b) reformas do Estatuto; (c) liquidação da sociedade; (d) deliberação sobre emissões de ações ou bônus de subscrições; (e) operações de fusão, cisão ou incorporação; (f) subscrição e integralização de ações em bens; (g) resgate, reembolso, amortização, ou aquisição de ações da própria empresa; (h) aquisição, alienação, controle, aumento ou redução de participação em outras sociedades; (i) aprovação das contas e relatórios da Diretoria e demonstrações financeiras; (j) distribuição de dividendos, bonificações, desdobramentos, participação dos administradores e destinação dos lucros; (k) eleição, substituição e destituição de diretores, bem como deliberação acerca da remuneração da Diretoria e das áreas de atuação e competências dos diretores; (l) fiscalização da gestão da Diretoria, examinando a qualquer tempo os livros, papéis e documentos da sociedade, zelando pela sua guarda, podendo solicitar, a qualquer tempo, informações e fotocópias de contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos. **Capítulo 6º – Do Conselho Fiscal. Artigo 18.** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes e funcionará somente nos exercícios em que for eleito e instalado pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas, na forma da lei. **§ Único.** O funcionamento, remuneração, competência, deveres e responsabilidade de seus membros obedecerão ao disposto na legislação em vigor. **Capítulo 7º – Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Lucros, Reservas e Dividendos. Artigo 19.** O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando em 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantados o balanço geral e as demais demonstrações financeiras exigidas por lei. **Artigo 20.** Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e Tributos sobre o lucro, seguindo-se as participações de empregados e/ou administradores propostas pelos órgãos de administração na forma do Artigo 190, e com as limitações previstas no Artigo 152 e seus parágrafos, ambos da Lei 6.404/76. O lucro remanescente, definido no Artigo 191, da Lei 6.404/76, terá a seguinte destinação: (a) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o parágrafo primeiro do Artigo 182 da Lei 6.404/76, exceder de 30% do capital social; (b) 25% do lucro líquido serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório; (c) o saldo ficará à disposição da Assembleia. **Artigo 21.** O dividendo mínimo obrigatório poderá deixar de ser distribuído quando a Assembleia Geral deliberar, sem oposição de qualquer dos acionistas presentes, a distribuição de dividendos em percentual inferior aos referidos 25% ou mesmo retenção integral do lucro. **Artigo 22.** O dividendo será sempre pago, corrigido monetariamente, no prazo de 60 dias da data em que for declarado. **Capítulo 8º – Liquidação. Artigo 23.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma de liquidação, elegerá o liquidante para o período da liquidação. **Capítulo 9º – Disposições Gerais. Artigo 24.** Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e pela legislação que rege a sociedade por ações. **Artigo 25.** Para todas as questões ou disputas decorrentes deste Estatuto, eleger-se o foro da Comarca da Cidade de São Paulo-SP, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. **4)** Ficam eleitos para os cargos de Diretor Presidente, o Sr. **João Villar Garcia**, RG nº 5.030.478 (SSP/SP), CPF/MF nº 796.994.728-04; e de Diretor Corporativo, o Sr. **Bruno Villar Garcia**, RG nº 44.046.110-8 (SSP/SP), CPF/MF nº 355.217.798-17, com mandato de 3 anos. **5)** Todos os membros da Diretoria declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. A presente Escritura deverá ser apresentada e arquivada perante a JUCESP, para que produza os devidos efeitos legais. E, de como assim o disseram, do que dou fé, me pediram e eu lhes lavrei a presente Escritura, a qual feita, depois de lida e achada em tudo conforme, aceitam, outorgam e assinam. Eu, **(a.) Camila dos Santos Simão**, escrevente notarial, a lavrei. Eu, **(b.) Ciro Hideto Koga**, Substituto do Tabelião a subscrevo e assino **(a.a.)** **/// Ricardo Bellon Junior** **/// Fábio Ferreira Gudim** **/// Sara Guimarães Sampaio Tavares** **///** Nada Mais: Translada em seguida, Porto por fé que o presente transcrito é cópia fiel do original lavrado nestas notas, no Livro 2922 pag. 247. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.536.053 em 10/05/2019. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Negócios

‘Rally dos Feijões’ é adiado para janeiro; produtores estão mobilizados em atos antidemocráticos



Uma série de encontros e viagens pelo circuito de plantio de feijões em Mato Grosso foi adiada para janeiro devido às mobilizações e expectativas dos produtores da região com a eleição de Lula da Silva para a Presidência da República.

Batizado de Rally dos Feijões -um trocadilho com o Rali dos Sertões, competição off road que atravessa o Brasil-, a programação inclui simpósios em sete cidades para discutir dilemas da produção de feijão e estimular o aumento da área plantada.

O Ibrafe (Instituto Brasileiro de Feijão e Pulses) projeta, a partir de dados da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), que a leguminosa que compõe a base

da alimentação feche 2022 com a menor área plantada desde 1976.

A intenção com o rali, diz Marcelo Lüders, é levar discussões “customizadas” a cada um dos municípios, de acordo com as necessidades de cada área. A redução da área plantada de feijão tem relação com o avanço de grãos como soja e milho, commodities importantes da balança comercial do Brasil.

O momento, porém, mostrou-se inadequado. A quase dez dias do início do percurso, Lüders diz que não há clima para seguir com a programação. “O pessoal do Mato Grosso está parado. O produtor está com a cabeça em outra coisa, não quer nem falar de produção, estão com medo até de plantar”, afirma.

Os sindicatos rurais, que sediaram os simpósios em Sinop, Sorriso, Nova Mutum, Primavera do Leste, Canarana, Querência e Corumbá, também relataram ao dirigente do Ibrafe que muitos produtores da região nem estavam no estado, pois estão mobilizados.

Desde o resultado das eleições, em 30 de outubro, manifestantes começaram um movimento de base antidemocrática -além de contestar o resultado das urnas, eles pedem intervenção militar.

“Empacotadores estão relatando que até para comprar está difícil, pessoal não quer nem falar do assunto”, diz. A invasão de fazendas pelo MST no interior da Bahia teria ajudado a azedar os ânimos.

Fernanda Brigatti/Folhapress

Shoppings projetam alta de 6% nas vendas da Black Friday, mostra associação

As vendas em shoppings centers na Black Friday deste ano devem aumentar 6% em relação ao ano passado, mostram dados da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce) divulgados nesta quinta-feira (17).

A data, 25 de novembro, deve ter alta também no volume de frequentadores aos shoppings: a expectativa de lojistas é que o fluxo de pessoas seja 13% maior ao observado em 2021.

Apesar do cenário otimista para a Black Friday, a estreia brasileira no Copa do Mundo, que acontece no dia 24 de novembro, foi citada como um evento que pode limitar o consumo.

O levantamento foi realizado entre os dias 3 e 11 de novembro, e projeta as espec-

tativas para o intervalo entre os dias 24 a 27 deste mês.

Os descontos oferecidos nos shoppings variam entre 10% a 70%, com uma média de 41%. As categorias mais procuradas foram eletrônicos (78%), eletrodomésticos (67%) e vestuário (52%).

O ticket médio — valor médio do gasto dos consumidores — é estimado em R\$ 229,30.

Cenário mostra recuperação do setor

Segundo o presidente da Abrasce, Glauco Humai, os dados demonstram que o varejo nos shoppings está em plena recuperação. Para ele, há uma predisposição dos consumidores em retornarem cada vez mais aos empreendimentos para efetuarem suas compras e para aproveitarem as opções de lazer. CNN



3 tendências tecnológicas que serão estratégicas para os negócios em 2023



Otimização, escalabilidade e pioneirismo: aliados à sustentabilidade, estes são os três pilares que a consultoria americana Gartner considera essenciais que as tecnologias implementadas pelas empresas tenham em 2023.

No relatório “Top strategic technology trends 2023”, divulgado em outubro, a empresa explica que cada um deles permite que as organizações abordem prioridades específicas: o primeiro, tem a ver com a melhoria dos sistemas de TI para potencializar a confiabilidade das decisões baseadas em dados e a conectividade em diferentes ambientes; o segundo, com a

capacidade de acelerar o ritmo de entrega dos produtos; e o terceiro com a viabilização de mudanças nos modelos de negócios, reinvenção do engajamento de funcionários e clientes e aceleração das estratégias para explorar novos mercados virtuais.

Seguindo essa lógica, a empresa listou, no mesmo documento, as principais tendências em tecnologia que considera relevantes do ponto de vista estratégico para o ano que se aproxima. “Esperamos que essas tendências criem um imperativo para agir entre pelo menos 20% de nossos clientes de TI, tornem-se amplamente aplicáveis aos líderes digitais, de TI e tec-

nologia e às ambições estratégicas de muitos CEOs”, diz o documento.

O que é: considerada uma evolução do conceito de monitoramento, a observabilidade utiliza inteligência artificial (IA) para analisar e fazer recomendações a partir dos dados emitidos por uma organização, permitindo maior rapidez e precisão na tomada de decisões. “Quando aplicado sistematicamente, pode reduzir a latência de resposta e otimizar as operações de negócios em tempo real”, diz o relatório. Trata-se, portanto, do uso arquitetado de dados para conduzir melhor, mais rápido e mais consistentemente as decisões de negócios. Exame